

Santa Casa de Anápolis

vive crise financeira

19 DEZ 1993

A Santa Casa de Misericórdia de Anápolis enfrenta uma grave crise financeira e a continuidade do seu funcionamento se deve ao empenho da sua diretora, médica Maria Coelho (Irmã Rita Cecília) e da Fundação de Assistência Social de Anápolis (Fasa), mantenedora da entidade. O hospital tem dívidas junto ao Banco do Brasil e BRB, onde contraiu empréstimos de CR\$ 18,5 milhões para quitar 50 por cento do 13º salário e a folha de novembro dos seus funcionários.

Irmã Rita Cecília afirma que, além das dificuldades financeiras, a Santa Casa de Anápolis enfrenta problemas com a falta de material médico-hospitalar e de reais condições de continuar recebendo pacientes. Na semana passada o hospital recebeu do SUS o pagamento dos serviços prestados em outubro com 60 dias de atraso e sem qualquer reajuste. Em contrapartida, vai pagar os seus fornecedores, funcionários e credores com valores de dezembro. "O que recebemos é 30 por cento do

que deveríamos estar embolsando no final de outubro ou começo de novembro", afirma Irmã Rita.

O prefeito de Anápolis deu ajuda este ano à Santa Casa em duas oportunidades: em valor financeiro, no primeiro semestre do ano, da ordem de CR\$ 500 mil, e na semana passada doou películas para radiografias. O ministro da Saúde, Henrique Santillo, afirma Irmã Rita, "está empenhado em solucionar a questão de viabilização da Saúde no Brasil, mas falta verba para isso". Um contra-senso, continua, o Governo anuncia redução drástica para as verbas de Saúde no Orçamento da União para 1994, "mesmo diante da inflação e das dificuldades financeiras que o País enfrenta". O lógico seria um aumento de 50 por cento no Fundo de Custeio da Saúde, para fazer face ao índice alarmante do número de doentes, que cresceu em função da fome e do desemprego.

Luta — A Confederação das Misericórdias do Brasil, da qual a Santa Casa de Anápolis é filiada,

já reivindicou aos ministros da Saúde e da Economia a aplicação de mais verbas no setor Saúde. No início deste mês, as Santas Casas existentes no País remeteram mais de dois mil 500 telegramas e fax ao Governo Federal pedindo que, na Revisão Constitucional, sejam mantidos os direitos à saúde gratuita previstos na Constituição de 1988 e o aumento das verbas destinadas ao setor no Orçamento de 1994.

Irmã Rita, que é presidente da Federação das Entidades Filantrópicas em Goiás, afirma as 2 mil 600 instituições filantrópicas credenciadas ao SUS são responsáveis por 62 por cento do atendimento médico-hospitalar no País. "Mas estamos cobrindo mais de cem por cento, tomando dinheiro emprestado para custear despesas que são do Governo federal". Ela sugere uma ampla campanha popular, unindo todos os segmentos sociais — dos carapintadas aos empresários — para sensibilizar o governo e impedir o fechamento das Santas Casas.

CORREIO BRAZILIENSE